

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



SANDRA REGINA SALDANHA QUEIROZ

**TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM E AS IMPLICAÇÕES ENVOLVIDAS NA
ALFABETIZAÇÃO**

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Coordenação Central de Extensão
Curso de Especialização em
Educação Infantil: Perspectivas
de Trabalho em Creches e Pré-
Escolas

Orientadora: Marta Nídia Varella Gomes Maia

Rio de Janeiro,
Setembro de 2017

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



SANDRA REGINA SALDANHA QUEIROZ

**TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM E AS IMPLICAÇÕES ENVOLVIDAS NA
ALFABETIZAÇÃO**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da PUC-RIO como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Educação Infantil.

Orientadora: Marta Nídia Varella Gomes Maia

Coordenação Central de Extensão
Curso de Especialização em Educação Infantil: Perspectivas de
Trabalho em Creches e Pré-Escolas

Rio de Janeiro,
Setembro de 2017



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho, que me proporcionou a oportunidade de aprender o valor da persistência mesmo diante das dificuldades da vida.

AGRADECIMENTOS

A professora Marta, pela disponibilidade ao orientar essa pesquisa e às crianças da escola na qual trabalho que foram a motivação para realizar este trabalho

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar as implicações envolvidas no processo de alfabetização de crianças que apresentam algum tipo de transtorno de aprendizagem, ressaltando a importância dos educadores e da direção escolar como meio de permitir que cada criança receba a atenção adequada, assim como seus familiares, garantindo assim o acesso às devidas adaptações para que o processo de aprendizagem seja bem sucedido. Inicialmente, foi feita uma introdução ao trabalho, onde se abordou a delimitação do tema em questão, os objetivos e justificativas do mesmo. Em seguida, definiu-se o que são as dificuldades de aprendizagem e os transtornos de aprendizagem. O trabalho prosseguiu com uma análise dos tipos de transtornos de aprendizagem e, finalmente, o papel do professor e do diretor escolar diante dessa problemática, sendo feitas recomendações específicas à equipe interdisciplinar que lida no ensino regular com a educação de crianças com esses transtornos. A conclusão ressaltou sobre o papel da direção escolar e dos profissionais que estão a cargo do aluno durante o processo de alfabetização.

Palavras chaves: Transtornos; Aprendizagem; Alfabetização; Educadores; Direção Escolar

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas
criar possibilidades para a sua própria
produção ou a sua construção”

Paulo Freire

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	08
2- O QUE SÃO OS DISTÚRBIOS E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM	11
2.1 – Dificuldades de Aprendizagem	11
2.2 – Transtornos de Aprendizagem	13
3- TIPOS DE SINTOMAS E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM	15
3.1 - Dislexia.....	15
3.2 – Disortografia e Disgrafia.....	17
4- OS MÉTODOS USADOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	20
4.1 – Métodos de Alfabetização.....	20
4.1.1 – Método Sintético.....	20
4.1.2 – Método Analítico.....	21
5- A EQUIPE PEDAGÓGICA DIANTE DAS IMPLICAÇÕES ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	24
5.1- Problemas enfrentados pela Equipe pedagógica em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem.....	26
5.2 – O papel da Equipe pedagógica frente aos desafios de uma escola.....	28
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1- INTRODUÇÃO

Alguns anos atrás vivi uma triste experiência com meu filho que abriu meus olhos para a necessidade de se esclarecer melhor os transtornos de aprendizagem que podem se manifestar na primeira infância.

Além do meu desconhecimento sobre o assunto, a dificuldade de identificação, compreensão e auxílio por parte da escola nessa situação ficou evidente.

Desde os seis anos de idade, as professoras e coordenadores de sua escola perceberam que, ele, tinha algo que dificultava seu aprendizado.

A primeira atitude que tomei foi tirá-lo da escola em que estudava por ser bilíngüe. Apesar dele falar inglês fluentemente, pois havia vivido seus primeiros anos de vida nos Estados Unidos, no momento da alfabetização tudo ficou difícil, quase impossível de se desenvolver como ocorre normalmente nessa fase da escolaridade infantil.

A nova escola o recebeu muito bem, fator importante na sua vida nesse primeiro momento, porém só oferecia o primeiro segmento do ensino fundamental e, conseqüentemente, foi preciso outra mudança posteriormente, algo que não foi nada fácil, gerando nele angústia e insegurança diante da necessidade de uma nova adaptação.

Apesar de essa nova escola ser excelente, o sofrimento durante as aulas e por ocasião das provas, era constante uma vez que ele não conseguia acompanhar o ritmo da turma. Fizemos muitas visitas à escola, buscando sempre adequar o método pedagógico da escola às reais necessidades de nosso filho com transtorno de aprendizagem.

Depois de inúmeras e diversas avaliações com profissionais habilitados, meu filho passou a fazer atendimentos com psicólogos, fonoaudiólogos e inúmeras aulas particulares.

Diagnósticos posteriores identificaram dislexia, discalculia acompanhadas de déficit de atenção. Com esses diagnósticos pensamos que havíamos encontrado o caminho para a solução dos problemas. Ao contrário, outros problemas surgiram.

Como a escola iria ajudá-lo? Que estratégias poderiam ser usadas para que ele tivesse um rendimento melhor? Apesar de, a escolar receber orientação, as mudanças em relação às necessidades dele não ocorreram. As reuniões eram constantes e começamos a perceber que esses encontros mais pareciam convites sutis para retirada do aluno, que um empenho em ajudá-lo.

Sem alcançar êxito na proposta de adequação entre criança e escola, decidimos transferi-lo para um colégio menor, com outros padrões de exigência e, sobretudo, com grande interesse em ajudar-lo a superar suas dificuldades.

Essa perfeita interação entre escola e aluno teve como resultado uma sensível melhora no que se refere ao emocional da criança e, conseqüentemente, nos resultados da aprendizagem.

Atualmente muitos educadores têm se preocupado com as crianças que apresentam algum tipo de transtorno de aprendizagem e com a maneira de ajudá-las durante o tempo em que estão na escola.

Em nossa prática, percebemos alunos com pouca vontade de estudar, ou com importantes atrasos na sua aprendizagem, acarretando diversos problemas

Muitas vezes, nem todos os esforços por parte dos profissionais para conseguir a frequência e aprovação dos alunos asseguram a permanência deles na escola. Pelo contrário, muitos desistem.

Segundo a legislação brasileira, o ensino fundamental é obrigatório para as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, sendo responsabilidade das famílias e do Estado garantir lhes uma educação integral. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (BRASIL, 1990), um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos das crianças e dos adolescentes.

Para Silva (2001), o aluno, quando percebe que apresenta dificuldades em sua aprendizagem, começa a apresentar desinteresse, desatenção, irresponsabilidade, agressividade, ou seja, apresenta um quadro de transtorno no comportamento que atinge todas as disciplinas, pois a dificuldade acarreta sofrimentos, levando o aluno a faltas sem justificativa e conseqüentemente a evasão escolar. A autora ainda ressalta que durante muitos anos os alunos foram penalizados e responsabilizados pelo fracasso, sofrendo punições e críticas.

A atuação dos professores, direção e coordenação da escola é fator predominante na tentativa de evitar ou a minimizar a evasão escolar. Sua interação com a família dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem permite identificar caminhos e soluções que ajudarão a manter esses alunos dentro das escolas.

Diante de muitos entraves enfrentados ao longo desses anos com meu filho, percebi que, entre os diversos objetivos de uma escola, deve estar uma preocupação constante de permitir a todos e quaisquer estudantes oportunidades para aquisição de valores de preparação para a vida e de uma cultura que lhes permitam inserir-se em termos igualitários no meio social e conciliar no processo educativo as diferenças individuais.

A justificativa da presente Monografia deve-se ao fato de este ser um assunto atual e relevante a todos os profissionais da área da educação. A inclusão da criança com dificuldades de aprendizagem no sistema regular de ensino acarreta possíveis implicações positivas ou negativas tanto para os alunos quanto para a escola.

O presente estudo tem como objetivo geral, então, investigar as implicações envolvidas no processo de alfabetização de crianças que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem, ressaltando a importância dos profissionais da escola como meio de permitir que cada criança receba a atenção adequada, garantindo assim o acesso às devidas adaptações para que o processo de alfabetização seja bem-sucedido.

No segundo capítulo, abordaremos os tipos de sintomas e transtornos de aprendizagem, com a intenção de familiarizar o leitor com esse tema intrigante, cuja profundidade, às vezes, nos escapa.

No terceiro capítulo, apresentamos a descrição dos tipos de sintomas e dos transtornos de aprendizagem que mais afetam o processo de alfabetização.

No quarto capítulo, abordamos as dificuldades de aprendizagem durante o processo de alfabetização, citando alguns métodos, aprofundando no papel do professor nesse caminho que os alunos com dificuldades enfrentam durante a aprendizagem da escrita e da leitura.

No quinto capítulo, discutiremos o papel da direção escolar diante dos alunos portadores dos transtornos de aprendizagem, assim como, o dever de cada escola criar um ambiente de aprendizagem voltado aos interesses, anseios e necessidades dos alunos.

Começaremos, então, este caminho tentando compreender mais profundamente a diferença entre dificuldades de aprendizagem e transtornos de aprendizagem.

2- O QUE SÃO OS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Muitas pesquisas a respeito da diferenciação entre transtornos e as dificuldades de aprendizagem fundamentam várias concepções que coincidem ou divergem entre si. Sendo assim, percebemos que há uma difícil tarefa para aqueles que atuam no diagnóstico, prevenção e reabilitação do processo de aprendizagem.

Embora seja grande a quantidade de trabalhos escritos relacionados à temática ainda assim não há definições e abordagens precisas sobre os conceitos mencionados. Pretende-se, nesse capítulo, a partir de uma revisão bibliográfica específica, empreender uma descrição dos conceitos recorrentes na literatura especializada e discutir algumas perspectivas de análise sobre o que sejam transtornos e dificuldades de aprendizagem.

Em sala de aula, o aluno com este quadro apresenta importante inabilidade em sua produção textual, caracterizada por textos objetivos, curtos, com limitações quanto à pontuação e sequência lógica de idéias, desorganização espacial, não utilizando margem, espaçamento em frases e letras maiúsculas.

De acordo com a minha longa experiência na área da Educação Inclusiva, o uso da expressão distúrbio de aprendizagem tem se expandido de maneira assustadora entre os professores, apesar da maioria desses profissionais nem sempre conseguir explicar claramente o significado dessa expressão ou os critérios em que se baseiam para utilizá-la no contexto escolar.

Segundo Collares e Moysés (1996), a utilização desmedida da expressão distúrbio de aprendizagem no cotidiano escolar seria mais um reflexo do processo de patologização da aprendizagem ou da biologização das questões sociais como têm-se vivenciado no dia a dia das escolas:

A biologização – e conseqüente patologização – da aprendizagem escamoteia os determinantes políticos e pedagógicos do fracasso escolar, isentando de responsabilidades o sistema social vigente e a instituição escolar nela inserida. E os distúrbios de aprendizagem são uma das formas de expressão mais em moda, na atualidade, dessa biologização da educação e, mais especificamente, do fracasso escolar (p.32).

2.1– Dificuldades de Aprendizagem

O termo “dificuldade de aprendizagem” começou a ser usado na década de 60 e até hoje é confundido por pais e professores e alguns outros profissionais como uma simples

desatenção em sala de aula ou como uma indisciplina por parte do aluno. Segundo MOOJEN (2006) a dificuldade de aprendizagem (DA) pode ser gerada por uma série de problemas cognitivos ou emocionais que podem afetar qualquer área do desempenho escolar.

Miranda afirma que “Aproximadamente 20% das crianças apresentam dificuldades da aprendizagem escolar” (MIRANDA, 2006, p.112). Na maioria dos casos é o professor o primeiro a relatar que a criança está com alguma dificuldade. Geralmente elas podem apresentar desde cedo um atraso no desenvolvimento da fala e dos movimentos em relação as outras crianças da mesma faixa etária. Elas costumam apresentar desmotivação e incômodo com as tarefas escolares gerados por um sentimento de incapacidade, que leva à frustração (SOARES, 2003).

São os estudantes com atraso no desempenho escolar por falta de interesse, perturbação emocional, inadequação metodológica ou mudança no padrão de exigência da escola, ou seja, alterações evolutivas normais que foram consideradas no passado como alterações patológicas.

Dificuldade de aprendizagem significa um distúrbio em um ou mais dos processos psicológicos básicos envolvidos no entendimento ou no uso da linguagem, falada ou escrita, que pode se manifestar em uma aptidão imperfeita para ouvir, pensar, falar, ler, escrever, soletrar ou realizar cálculos matemáticos. (GRIGORENKO, STERNEMBERG, 2003, p.29)

Em seus estudos sobre as dificuldades de aprendizagens, Moojen (1999), separou essas dificuldades em dois grupos:

Dificuldades naturais - Referem-se àquelas dificuldades experimentadas por todos os indivíduos em alguma matéria e/ou em algum momento de sua vida escolar. São dificuldades transitórias, que tendem a desaparecer a partir de um esforço maior do aprendiz ou de intervenção na sua rede de relações e apresentam como fatores causadores a proposta pedagógica, a capacitação do professor, os padrões de exigência da escola e/ou dos pais, a falta de assiduidade do aluno e os conflitos familiares.

Dificuldades Secundárias – São aquelas dificuldades secundárias a outros diagnósticos. São problemas na aprendizagem escolar decorrentes de alterações que atuam primariamente sobre o desenvolvimento humano normal e secundariamente sobre a aprendizagem. Nessa categoria estão incluídos os portadores de deficiência mental, sensorial e com quadros neurológicos ou com transtornos emocionais significativos. (MOOJEN, 1999, p.10)

Fernández (1991) considera as dificuldades de aprendizagem como sintomas no processo de aprendizagem, onde necessariamente estão em jogo quatro níveis: o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo.

A autora ainda afirma que a dificuldade para aprender seria o resultado da anulação das capacidades e do bloqueamento das possibilidades de aprendizagem de um indivíduo e, a fim de ilustrar essa condição, emprega-se o termo inteligência atrapada (inteligência aprisionada).

Para Fernández (1991), a origem das dificuldades ou problemas de aprendizagem não se relaciona apenas à estrutura individual da criança, mas também à estrutura familiar a que a criança está vinculada. Para a autora, as dificuldades de aprendizagem estariam relacionadas às seguintes causas:

1. Causas externas à estrutura familiar e individual: Dão origem ao problema de aprendizagem reativo, a qual afeta o aprender, mas não aprisiona a inteligência e, geralmente, surge do confronto entre o aluno e a instituição;
2. Causas internas à estrutura familiar e individual: Dão origem ao problema considerado como sintoma e inibição, afetando a dinâmica de articulações necessárias entre organismo, corpo, inteligência e desejo, causando o desejo inconsciente de não conhecer e, portanto, de não aprender;
3. Modalidades de pensamento derivadas de uma estrutura psicótica, as quais ocorrem em menor número de casos;
4. Fatores de deficiência orgânica: em casos mais raros. (FERNÁNDEZ, 1991, p.39)

França (1996) explica que o termo “dificuldade” está mais relacionado a problemas de ordem psicopedagógica e/ou socioculturais, ou seja, o problema não está centrado apenas no aluno. Tal visão é mais frequentemente relacionada a uma perspectiva preventiva.

Neste sentido, fica entendido que as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a um déficit específico da atividade acadêmica.

2.2-Transtornos de Aprendizagem

Transtornos de aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de alterações manifestas por dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas alterações são intrínsecas ao indivíduo e presumivelmente devidas à disfunção do sistema nervoso central.

Apesar de um distúrbio de aprendizagem poder ocorrer concomitantemente com outras condições desfavoráveis ou influências ambientais não é resultado direto dessas condições ou influências.

Com base em estudos da neuropsicologia, para que o ato de aprender aconteça é necessário que existam, de forma íntegra, algumas habilidades como a memória, (Metring, 2011).

A consolidação e a evocação, as quais são responsáveis na capacidade de um sujeito estabelecer redes de conexões neurológicas, estrutura as informações apreendidas, que irão sustentar os três tipos de memória: memória de trabalho, memória de curto e de longo prazo.

Para que a habilidade de memória funcione de maneira apropriada, os níveis de motivação, ansiedade e atenção seletiva, dividida e sustentada devem apresentar-se de forma adequada, (Izquierdo, 2011).

No decorrer do processo de aprendizagem podemos nos deparar com alguns quadros que apresentam o sintoma do não aprender como dificuldade de aprendizagem primária e secundária, fracasso escolar e transtorno de aprendizagem.

Os sintomas do transtorno de aprendizagem geralmente estão presentes desde os primeiros anos de sua vida, caracterizando por um desempenho de pelo menos dois anos abaixo do esperado naquela faixa de escolarização e idade cronológica, persistindo ao longo de sua vida.

Miranda (2006) nos explica que o Transtorno de Aprendizagem é reconhecido por ausência de habilidades em determinadas áreas do desenvolvimento, não relacionados às de dificuldade de aprendizagem.

Segundo a autora, quando um indivíduo é diagnosticado com Transtorno de aprendizagem, ele não apresenta alterações motoras ou sensoriais, possuindo um bom ajuste emocional e condições socioeconômicas sem significativas limitações que o dificultem a se desenvolver como o esperado. Ele apresenta uma capacidade intelectual adequada, sem prejuízos.

Os transtornos de aprendizagem estão relacionados a dificuldades específicas na leitura, escrita, na realização de cálculos e números em geral e na aquisição de conceitos matemáticos.

Em muitos quadros identifica-se a presença de antecedentes familiares, justificando fator de hereditariedade. Esses transtornos podem ser classificados, de acordo com a intensidade, como leve, moderado ou severo, Miranda (2006).

Podemos acrescentar que um distúrbio,

não caracteriza uma ausência, mas sim uma perturbação dentro de um processo, qualquer distúrbio implica uma perturbação na 'aquisição, utilização e armazenamento de informações ou na habilidade para soluções. Por conseguinte, os distúrbios de aprendizagem seriam uma perturbação no ato de aprender. Isto é, uma modificação dos padrões de aquisição, assimilação e transformação, sejam por vias internas ou externas ao indivíduo. (CARVALHO, CRENITE & CIASCA, 2007, p. 231)

3. TIPOS DE SINTOMAS E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Na rotina escolar observamos que a dificuldade ou problema de aprendizagem é uma das mais graves problemáticas para aqueles que atuam no diagnóstico, prevenção e reabilitação do processo de aprendizagem.

Segundo Scoz (1994), para reconhecer em um aluno a dificuldade de aprendizagem, é necessário primeiramente entender o que é aprendizagem e quais os fatores que nela interferem. A aprendizagem é um processo complexo que se realiza no interior do indivíduo e se manifesta em uma mudança de comportamento.

Os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem a causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multidimensional, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivos / sociais e pedagógicos percebidos dentro das articulações sociais. Tanto quanto a análise, as ações sobre os problemas de aprendizagem devem inserir-se num movimento mais amplo de luta pela transformação da sociedade. (SCOZ 2011, p. 20).

Durante o processo de aprendizagem, mais especificamente no processo de alfabetização, os professores, muitas vezes, se deparam com alunos paralisados diante das dificuldades de reconhecimento de letras, palavras e compreensão da leitura.

Para Jose e Coelho,

a criança pode manifestar comportamentos em relação a dificuldades em três momentos: manifestações precoces (anteriores a alfabetização); manifestações na alfabetização (aquisição da leitura) e manifestação posterior a alfabetização (referentes ao desenvolvimento da leitura” (2001, p.83).

A área da educação nem sempre é cercada por sucesso e aprovações. Assim são rotulados, pela própria família, professores e colegas, os que não conseguem aprender, não vão bem na escola, não sabe ler e escrever.

3.1 – Dislexia

“A dislexia é um defeito de aprendizagem da leitura caracterizado por dificuldade na correspondência entre símbolos, às vezes mal reconhecidos, e fonemas, muitas vezes, mal identificados” (DUBOIS, 1993, p.197). É um comprometimento específico e significativo no desenvolvimento das habilidades de leitura, o qual não é unicamente justificável por idade mental, problemas de acuidade visual ou escolaridade inadequada.

O processo natural de leitura acontece por duas vias distintas: via fonológica, na qual as sílabas da palavra são identificadas por uma área parietal superior do cérebro e associada à sua formação controlada pela área de Broca e o significado é obtido com reconstituição sonora da palavra, (Moojen, 1999).

A autora explica que a via semântica ou funcional, na qual a palavra como um todo ou parte dela é reconhecida por uma área temporo-parietal e associada diretamente ao seu significado.

No caso da dislexia, a disfunção da área de reconhecimento de sílabas e/ou de fonação compromete o uso da via fonológica na maioria das crianças com dislexia ou distúrbios específicos. Apenas numa pequena porcentagem dessas crianças, a dificuldade poderia ser explicada por uma disfunção da área de identificação de palavras, (Moojen, 1999).

Segundo o modelo de DUPLA ROTA (Ellis, 1995; Hillis & Caramazza, 1992), usado para diagnosticar o tipo de dislexia, existem três tipos de dislexia: Fonológica, 67% dos casos, na qual são encontradas dificuldades de decodificação fonológica, ocorrendo assim aglutinações de palavras, leitura lenta, erros derivativos (comeriam/comiam), confusão de letras semelhantes, omissões, acréscimos, substituições e junções de palavras.

Lexical, 10 a 15% dos casos apresentam dificuldades na formação do léxico visual, na ortografia, nas palavras homófonas e em grupos consonantais, prefixos e sufixos. Mista, 25% dos casos é a combinação das duas formas de dificuldade fonológica e lexical.

Quanto à leitura de texto oral, para Rubisten (1996) o disléxico pode apresentar dificuldade no processo da leitura e na compreensão relacionada à silabação, a aglutinação, a pontuação e a lentidão.

Na leitura silenciosa a dificuldade está relacionada à compreensão, ele não consegue compreender o que está lendo, lembrar do que leu e muitas vezes tenta adivinhar o que lê ou tirar conclusões a partir de fatos já conhecidos.

Na alfabetização, o sucesso na reeducação de um disléxico está baseado numa terapia multissensorial (aprender pelo uso de todos os sentidos), combinando sempre a visão, a audição e o tato para ajudá-lo a ler e soletrar corretamente as palavras.

Existem muitas estratégias que podem ajudar o disléxico durante sua vida escolar como: uso freqüente de material concreto, relógio digital, calculadora, gravador, confecção do próprio material de alfabetização, gravuras, fotografias, folhas quadriculadas e máscara de texto.

3.2 – Disgrafia e Disortografia

Crianças com problemas de linguagem, em sua maioria, apresentam dificuldades na aprendizagem da escrita, confusões fonema/grafema, inversões, dificuldades de memorização de uma seqüência, incapacidade de decifrar textos e compreender o sentido, (Garcia,1998)

Etimologicamente, disgrafia deriva dos conceitos “dis” (desvio) + “grafia” (escrita), ou seja, é “uma perturbação de tipo funcional que afeta a qualidade da escrita do sujeito, no que se refere ao seu traçado ou à grafia.” (TORRES & FERNANDEZ, 2001, p. 127); prende-se com a “codificação escrita (...), com problemas de execução gráfica e de escrita das palavras” (CRUZ, 1999, p. 180).

O desempenho da criança na escrita expressiva fica abaixo de maneira significativa daquilo que é esperado para sua idade, inteligência global e colocação escolar. Pode ser uma dificuldade isolada ou acompanhada por distúrbio de leitura, (Garcia, 1998).

A disortografia compreende um padrão de escrita que foge às regras ortográficas estabelecidas convencionalmente, que regem determinada língua. Ela se apresenta pela troca de grafemas, pela falta de vontade de escrever, pela dificuldade em perceber as sinalizações gráficas, pela dificuldade no uso de coordenação/subordinação das orações e aglutinações ou separação indevida das palavras. (Fernandez, 2001)

Etimologicamente, disortografia deriva dos conceitos “dis” (desvio) + “orto” (correto) + “grafia” (escrita), ou seja, é uma dificuldade manifestada por “um conjunto de erros da escrita que afetam a palavra, mas não o seu traçado ou grafia” (Vidal, 1989, cit. por Torres & Fernández, 2001, p. 76), pois uma criança disortográfica não é, forçosamente, disgráfica. “Perturbação que afeta as aptidões da escrita e que se traduz por dificuldades persistentes e recorrentes na capacidade da criança em compor textos escritos. As dificuldades centram-se na organização, estruturação e composição de textos escritos; a construção frásica é pobre e geralmente curta, observa-se a presença de múltiplos erros ortográficos e [por vezes] má qualidade gráfica.” (Pereira, 2009, p. 9).

Em sala de aula, o aluno com este quadro apresenta importante inabilidade em sua produção textual, caracterizada por textos objetivos, curtos, com limitações quanto à pontuação e seqüência lógica de idéias, desorganização espacial, não utilizando margem, espaçamento em frases e letras maiúsculas.

A primeira questão que necessita ser enfocada com os pais e professores de crianças com disortográfica é um fim e não um começo, ou seja, buscar a finalização de um processo de alfabetização.

Primeiramente a criança necessita saber lidar com a escrita para depois se preocupar em como escrever ortograficamente, pois ela, na escola, necessariamente deve realizar dois tipos de aprendizados: o princípio do sistema alfabético e a norma ortográfica, ou seja, das restrições regulares e irregulares para a escrita de palavras. A criança precisa entender que há um modelo de escrita.

Além disso, é necessário entender que a criança com disortográfica apresenta uma necessidade de tempo maior para realizar as tarefas escritas e, deve-se então, oferecer-lhe mais tempo para essa tarefa em sala de aula.

Deve-se explicar para a criança como a escrita e a ortografia funciona, podendo, depois, utilizar a produção espontânea da própria criança para explicar o que ocorreu com a escrita para, em seguida, promover a escrita ortográfica.

A Disgrafia, comumente identificada como “letra feia” é, na verdade, bem mais complexa do que esta simples caracterização. Trata-se de um transtorno funcional na execução da escrita, afetando a forma, ritmo, a inteligibilidade e o significado da mesma. Não há, contudo, alterações intelectuais, sensoriais, neurológicas, motoras ou afetivas que a justifiquem.

Para que o processo da grafia ocorra de forma satisfatória são essenciais: planejamento lingüístico, recuperação visual e planejamento motor.

A identificação da disgrafia deve ser feita a partir de sinais e sintomas facilmente observados tanto na escrita quanto na pessoa disgráfica.

Para Barreto (2014), a forma mais eficaz de fazer essa identificação é observar alguns aspectos na escrita como a incoordenação de movimentos, repasses, rasuras, alterações direcionais de letras, ângulos nas letras, lentidão omissões, agregações, confusão entre letras, sílabas, palavras e números entre outros e aspectos na pessoa como mau conhecimento do próprio corpo, lateralidade mal definida, alteração na organização espacial, alteração de equilíbrio, tônus muscular e postura entre outros.

O corpo pedagógico da escolar pode valer-se de algumas estratégias que ajudam a lidar com esse problema, dando mais ênfase à expressão oral no momento de uma avaliação escolar, estimulando a memória visual através de quadros com letras do alfabeto, número, famílias silábicas, assim como não exigindo da criança que escreva vinte vezes a palavra, pois isso de nada irá adiantar.

Além disso, estimular o uso do caderno de caligrafia, de forma não exaustiva, desenvolver atividades de psicomotricidade e a prática de esportes. Saber conviver com essa situação é essencial para o portador desse transtorno e para os profissionais que com ele

trabalham, uma vez que o transtorno não pode ser eliminado; aprende-se administrá-lo e a conviver com ele.

4- OS MÉTODOS USADOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Quando chega o momento da alfabetização devem-se averiguar as condições em que se encontra a criança que entra nesse processo, observando seu desenvolvimento físico, intelectual e demais habilidades necessárias para o aprendizado. Sendo a escola a propiciadora desse aprendizado para as crianças, cabe a ela favorecer aos alunos caminhos para que eles aprendam de forma consciente todos os mecanismos necessários à construção do conhecimento dessa fase.

Dentro do tema alfabetização, encontramos diversos autores que tentam explicar as práticas de leitura e de escrita. Soares (2003), afirma que a alfabetização deve se desenvolver em um contexto de como início da aprendizagem da escrita, como desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes de caráter prático em relação a esse aprendizado entendendo que a alfabetização e o letramento, devem ter tratamentos metodológicos diferentes e com isso alcançar o sucesso no ensino aprendizagem da língua escrita, falada e contextualizada nas nossas escolas.

.Durante séculos muitos educadores tentaram descobrir um método apropriado para alfabetizar as crianças, métodos analíticos e sintéticos, um surgindo para superar o outro (Magalhães, 2005).

4.1 Métodos de alfabetização

Os métodos de alfabetização foram criados com o propósito de possibilitar de forma satisfatória e rápida o aprendizado da escrita e da leitura. Mortatti (2006) classificou os métodos de alfabetização em sintéticos (alfabético, fônico e da silabação) e analíticos (palavração, sentencição e global).

4.1.1- Métodos Sintéticos

Tendo como base a teoria de Behaviorismo e considerado um dos mais antigos e rápidos, pode ser aplicado a qualquer tipo de criança. O método parte do conhecimento das letras, sílabas, palavras, frases e finalmente o texto, (Mortatti, 2006).

Embora esse método permita a alfabetização da criança, pode tornar-se cansativo pelas pausas durante a leitura dificultando a compreensão global do texto, assim como impedindo que ela consiga pensar e agir por si própria. Um dos aspectos positivos é o fato de que os

alunos adquirem uma ortografia perfeita por ser um ensino de regras e repetições o que, com o tempo permite a compreensão da língua.

Segundo Mortatti (2006), no alfabético, a criança aprende inicialmente as letras, depois forma as sílabas juntando as consoantes com as vogais, para, depois, formar as palavras que constroem o texto.

No fônico, também chamado de fonético, a criança inicia sua aprendizagem a partir do som das letras, unindo o som da consoante com o som da vogal, pronunciando a sílaba

No método silábico, ou da silabação, a criança aprende inicialmente as sílabas para depois formar as palavras. Por este método, aprende-se primeiro por meio de uma leitura mecânica do texto, ou seja, primeiro ele decifra as palavras, vindo posteriormente a sua leitura com compreensão, Mortatti (2006).

4.1.2 Método Analítico

Esse método tem por objetivo partir do global para o individual uma vez que, a criança deve, primeiramente, compreender o sentido de um texto, estimulando a leitura do mesmo e levando o aluno a expor suas idéias sobre o que leu o que muito ajuda à criança no desenvolvimento e organização dos pensamentos, Mortatti (2006).

É fundamental que o conteúdo seja fundamentado na língua falada pela criança naquela faixa de escolaridade. À medida que ela for demonstrando habilidade nesse processo, a complexidade do texto irá aumentando gradativamente. O método analítico é um método constituído por palavração e pode tornar-se cansativo e desestimulante, por dificultar que, no princípio, a criança possa entender o texto como um todo.

Mortatti (2006), afirma que,

de acordo com o método analítico, o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo”, para depois se proceder à análise de suas partes construtivas. No entanto, diferentes se foram tornando os modos de processuação do método, dependendo do que seus defensores consideravam o “todo”: a palavra, ou a sentença, ou a “historieta”. O processo baseado na “historieta” foi institucionalizado em São Paulo, mediante a publicação do documento de instruções práticas para o ensino da leitura pelo methodo analytico- modelos de lições. (MORTATTI, 2006 p.7)

Num determinado momento da história da alfabetização nasce à crítica aos métodos até então implantados e, recorrendo aos estudos da psicologia, algumas teorias tentaram enfatizar os processos de aprendizado do aluno no momento em que ele se alfabetiza

Surge então Emilia Ferreiro, psicóloga argentina, seguidora da teoria de Jean Piaget, criticando o ensino da língua escrita através dos métodos de alfabetização, especialmente por não levar em consideração o ponto de vista da criança e o erro (hipóteses da escrita) como possibilidade de construção da criança.

Seu trabalho centra na construção interna da escrita, sendo dividido em hipótese pré-silábica; hipótese silábica; hipótese silábica- alfabética e hipótese alfabética.

A autora afirma que,

ambas as hipóteses, a da quantidade e a da variedade, são construções da criança, no sentido de elaborações internas que não dependem do ensino do adulto e nem da presença de amostra de escritas onde podem aparecer anotações de uma ou duas letras, com reduzida variedade interna. São construções próprias da criança que tampouco podem ser explicadas por confusões perceptivas. (FERREIRO, 2001, p.46)

Essa linha teórica-prática permite que as crianças construam seu conhecimento de acordo com seu desenvolvimento cognitivo, podendo ser aplicado de forma individual ou de forma coletiva, sendo o mais indicado e usado na alfabetização.

A criança constrói o seu conhecimento a partir de suas experiências que traz para a escola sendo a língua falada, a escrita e a leitura trabalhada simultaneamente. As experiências vividas pelas crianças na escola tornam-se construção do próprio indivíduo, na interação do sujeito com o mundo.

Ferreiro (2001), afirma ainda que uma criança, ao entrar na escola já possui conhecimento, como a linguagem verbal cabendo a escola incentivar a criança a criar algo novo a partir dos seus conhecimentos pré-existentes, construindo seu próprio conhecimento.

Esta linha não tem uma regra básica a ser seguida, pois parte da idéia de que o ensino tem de ser basear na experiência de vida que o aluno traz para a escola. Mais importante é a interação dos alunos críticos com capacidade de responder pelos seus atos.

Uma escola que pretenda ser transformadora deverá despertar na criança, a noção de seu papel de indivíduo na sociedade. O ideal é que a alfabetização aconteça de forma natural e harmônica para isso, é necessário que os processos neurológicos funcionem de forma íntegra e complexa. Além disso, o educador tem um papel fundamental nessa trajetória.

A autora ainda afirma (2001), que o professor tem uma importância destacada na vida do aluno que está no processo de alfabetização, ele deve estar sempre atento aos interesses, necessidades e pensamentos do aluno para que suas atividades sejam mais significativas.

Ferreiro (2001) entende que a criança que adquire autoconfiança e bem estar na interpretação de seus constructos, desenvolve boa concentração e certamente terá melhor desempenho na escrita e na leitura.

5- A EQUIPE PEDAGÓGICA DIANTE DAS IMPLICAÇÕES ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A experiência diária dentro de uma escola faz-nos compreender que a educação escolar deve firmar-se sempre sobre as três principais dimensões do processo educacional: o aluno; a interação do professor-aluno (processo ensino e aprendizagem); o ambiente de aprendizagem.

No que diz respeito ao aluno, o processo educacional deve considerá-lo como indivíduo, com suas características próprias e também como indivíduo dentro do grupo de alunos ao qual pertence.

(Vygotsky 1987), coloca que no cotidiano das crianças, elas observam o que os outros dizem, porque dizem, o que falam, porque falam, internalizando tudo o que é observado e se apropriando do que viu e ouviu. Recriam e conservam o que se passa ao redor. Em função desta constatação,

Segundo o autor, a apropriação de conhecimentos se faz presente nas interações sociais, desde que a criança vem ao mundo. A aprendizagem, o ensino e o desenvolvimento não existem de modo independente, isto é, a aprendizagem promove o desenvolvimento e este anuncia as novas possibilidades de aprendizagem.

Dentro do universo heterogêneo de alunos que toda escola deve ter, a criança portadora de algum tipo de transtorno de aprendizagem merece uma atenção especial para que suas potencialidades se desenvolvam dentro de seu tempo que, muitas vezes, não é o mesmo que os demais alunos já que nenhuma criança aprende no mesmo tempo que outra.

Esse descompasso de aprendizagem entre os ritmos de uma criança com transtorno e o ritmo dos demais alunos deve ser objeto da mais meticulosa atenção de professores, coordenadores e direção escolar.

A escola, nos seus mais diversos níveis de atuação deve estar preparada para o acolhimento e o desenvolvimento da criança portadora de transtorno de aprendizagem uma vez que apresenta capacidade de aprender ainda que em tempo e de maneiras diferentes, (Moojen, 1991).

Ciasca (2003) ressalta que com objetivo de atender a lei, muitas escolas abrem as portas aos alunos com dificuldades e os colocam em salas de aula regulares como prescreve a Lei de Inclusão, (Brasil, 2011).

As dificuldades apresentadas pelos alunos no processo de alfabetização estão relacionadas em grande parte à inadequação da estrutura educacional às dificuldades do aluno, isto é, não são elas que inibem a aprendizagem, mas a ausência de condições para isso, pois são o respeito à diversidade e a consideração das diferenças os fatores essenciais para diminuir dificuldades de aprendizagem e as desvantagens na aprendizagem do aluno, tanto no transtorno quanto na dificuldade de aprendizagem.

A escola só será uma mediadora se houver uma permanente troca de informações e de experiências entre professores, coordenadores e a direção propriamente dita. A equipe pedagógica e psicológica da escola deve perceber que o aluno que apresenta um comportamento de inquietação, dispersão ou descumprimento de tarefas não deve receber o estigma imediato de aluno desinteressado, descompromissado ou outro que rotule suas ações. Essas atitudes podem se revelar sintomas de um transtorno de aprendizagem.

Além disso, deve haver uma interação dos membros da escola em conjunto com a direção que deve dar os primeiros passos para uma investigação sobre os comportamentos estranhos dos alunos e a falta de interesse em relação à aprendizagem.

O aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem não entrou na escola pelo processo de inclusão uma vez que não apresentava traços aparentes de uma criança com alguma deficiência que dificultasse sua aprendizagem. Entretanto, se a equipe pedagógica não estiver preparada para administrar as dificuldades da criança, ela se tornará excluída do processo de aprendizagem por não acompanhar o ritmo dos demais colegas de turma.

A exclusão deixa marcas profundas no desenvolvimento emocional da criança, pois, além de fazê-la sentir-se diferente, fará com que ela se sinta inferior, incapaz. Antecipando-se a esse momento crítico, a equipe pedagógica deve atuar de maneira a integrar a criança na turma respeitando suas limitações e promovendo seu interesse pelo conteúdo pedagógico.

Segundo Vygotsky (1995), o auxílio prestado à criança em suas atividades de aprendizagem é válido, pois, aquilo que a criança faz hoje com o auxílio de um adulto ou de outra criança maior, amanhã estará realizando sozinha.

Como vem sendo abordado neste trabalho, percebemos que há um grande valor na interação e nas relações sociais no processo de aprendizagem e o incentivo para as atividades escolares por pessoas da família e irmãos mais velhos e, sobretudo auxílio maior da escola em facilitar a interação de alunos com problemas de transtornos.

Preparar a escola é preparar todos os envolvidos no processo, de maneira fundamental, professores, alunos e família. Este é apenas um dos muitos passos que a coordenação, deve

proporcionar para programar a inclusão de alunos que aqui se inserem e permanecem em conflito diante de um processo deficiente de aprendizagem.

O Diretor que atua em escolas que existe alunos com dificuldades de aprendizagem, precisa ter conhecimento acerca dos distúrbios, seus diagnósticos e prognósticos, para a concretização de um processo de ensino e aprendizagem eficiente.

Essa temática é relevante para os diretores e sociedade de modo geral, pois contribui para conscientização de que um aluno com distúrbio de aprendizagem não deve ser rotulado como um indivíduo incapaz de aprender.

Rodrigues (2001), afirma que o papel da equipe pedagógica terá de ser repensado, tornando a docência muito mais assistida, assim como o psicólogo escolar trabalharem muito mais diretamente com o professor de turma.

Partindo dessa ação conjunta entre diretores, professores e profissionais da área da saúde auxiliam na identificação das múltiplas manifestações de dificuldades e distúrbios que se apresentem em sala de aula, assim como no conhecimento necessário para prática pedagógica e educativa no processo de ensino e aprendizagem, pois, cada criança é única e aprende de forma diferente da outra.

Profissionais da área da saúde e pais, devem estar sempre conectados com a escola para que desta forma possa ocorrer um processo educativo eficiente e significativo para o aluno que é portador de algum distúrbio de aprendizagem.

Por parte da direção escolar, entendemos que este conhecimento contribuirá para o seu desenvolvimento profissional sendo condição necessária para a produção de práticas integrativas e positivas na escola, ao facilitar a aprendizagem significativa dos alunos com necessidades educativas especiais.

Uma atuação consciente e integrada, baseada em ações conjuntas com profissionais externos à escola, o professor poderá realizar um trabalho pedagógico mais eficiente e contínuo, levando o alunado a desenvolver suas potencialidades e autonomia, por meio de uma aprendizagem efetiva.

5.1 - Problemas Enfrentados pela Equipe pedagógica em relação a alunos com dificuldades de aprendizagem.

No cotidiano direção e coordenação se deparam com muitas situações diárias que muitas vezes fogem do seu controle para resolver as situações e problemas. Esses problemas são gerados, devido vários fatores em relação à aprendizagem dos alunos em geral.

A família na maioria das vezes coloca a responsabilidade que é sua para a escola e essa carga toda cai em cima da direção escolar que em muitos casos está despreparada para resolver tal problema.

Quando se deparar com as dificuldades de aprendizagem, é importante que o coordenador informe-se e oriente-se com profissionais da educação e da saúde sobre as especificidades e instrumentos adequados para que todo aluno encontre na escola um ambiente adequado, sem discriminações e que lhe proporcione o maior e melhor aprendizado possível.

Cabe à escola criar um ambiente de aprendizagem voltado aos interesses, anseios e necessidades dos alunos. Para isso, o professor precisa rever sua prática pedagógica, assumindo uma postura flexível e criativa, elaborando formas alternativas de ensinar que correspondam às especificidades de cada um.

Para Martins (2002), o professor em seu papel diário leva o aluno a participar ativamente do processo de construção do conhecimento de forma interdisciplinar, reconhecendo que é um processo historicamente construído pela sociedade e pelo aluno,

Para isso, é necessário que aconteça um trabalho coletivo e diversificado, desenvolvendo procedimentos educacionais adequados, com graduais e progressivas adaptações curriculares. A Comunidade Escolar deve agir em favor da superação dos problemas dos transtornos de aprendizagem apresentados por este aluno, facilitando o trabalhado dos profissionais envolvidos nesse processo.

Alguns profissionais falam sobre a importância e da atenção que o professor precisa ter para detectar alguns distúrbios de aprendizagem em sala de aula, concordo que realmente precisa-se de um cuidado maior e uma atenção especial, porém para diagnosticar esses distúrbios, se faz necessário não só a atenção do educador, mas também o auxílio da família, pois existem casos que a criança demonstra as dificuldades de aprendizado muito mais no seio familiar do que no ambiente escolar, por isso é fundamental para detectar esses distúrbios de aprendizagem um laço entre a família e a escola.

Desafortunadamente temos visto, em nossa prática, que alguns profissionais ao adentrar a sala de aula, ao observar o aluno, sem nem mesmo aplicar alguns testes, já identificam ou rotulam os alunos como: disléxicos, hiperativos, dentre outros.

5.2 O papel da Equipe Pedagógica frente aos desafios de uma Escola

Defende-se a importância da atuação da equipe pedagógica escolar nas relações e situações que circundam a escola, bem como da urgência da mudança na estrutura da gestão escolar. Com isso, pretendemos identificar algumas ações necessárias ao gestor que coordena o processo que antecede a participação coletiva nas atividades escolares, inclusive o planejamento escolar.

Através do planejamento participativo, os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar são chamados a planejar, avaliar e programar a proposta de educação a ser efetivada na escola. A responsabilidade desta forma é compartilhada com o coletivo, tornando a possibilidade de sucesso bem maior.

Porém, é importante ressaltar que o planejamento participativo na escola não pode jamais reduzir-se a integrar escola-família-comunidade em sua própria maneira de observar a sociedade que o cerca.

Cabe a equipe pedagógica dar os esclarecimentos teóricos necessários a toda a comunidade no que se refere a planejar coletivamente, e que o encontro de pessoas, o diálogo e o próprio debate, onde discutem e decidem, provoquem crescimento pessoal e comunitário, tornando possível uma educação mais humana e democrática.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, (BRASIL, 1990) incentiva a participação da criança e do adolescente, nas tomadas de decisões no que diz respeito a sua vida e de seu direito a liberdade de opiniões e expressão, e no artigo 53, também é dito: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar de definição das propostas educacionais”.

Todos devem estar cientes que a qualidade da escola é global, devido à interação dos indivíduos e grupos que influenciam o seu funcionamento. A equipe deve saber integrar objetivo, ação e resultado, assim agrega à sua gestão colaboradores, que procuram o bem comum de uma coletividade.

É importante a necessidade de se apresentar um projeto pedagógico que venha estreitar os laços entre todos os agentes que fazem a escola e com isso envolver mais os pais de alunos.

A equipe pedagógica deve possuir habilidades para propor soluções assertivas às dificuldades de todos que estão envolvidos no trabalho de educar as crianças, terem habilidades e competências para a escolha de ferramentas e técnicas que possibilitem a melhor administração do tempo, promovendo ganhos de qualidade e melhorando a eficiência profissional.

6-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual contexto em que vivemos, conclui-se que a tendência é que cada vez mais se exijam respostas da escola, especialmente em relação à sua função educadora de pessoas capazes de contribuir para com a sociedade.

Tanto o professor como a coordenação escolar são um instrumento de grande importância para as escolas, no sentido de fortalecer a autonomia e promover aprendizado para as crianças que são afetadas com alguma dificuldade de aprendizagem.

Para ensinar o educador deve também estar saturado de conhecimentos que permita criar estratégias e diversificar a intervenção no ambiente escolar, garantindo a busca constante de crescimento pessoal e profissional, com a igualdade de possibilidades do aprender deste aluno.

Ao lidar com o aluno no dia a dia, o professor é muitas vezes o primeiro a perceber a irregularidade, em qualquer idade, já que estes sintomas só se evidenciam quando o indivíduo é colocado em situação de aprendizagem e podem ter sido despercebidos ou ignorados pela família até então.

O professor é o elemento fundamental no processo de descoberta dos transtornos. Comprovado algo de irregular, o professor deve procurar imediatamente a direção escolar e o núcleo pedagógico da instituição escolar, para colocar a situação aos profissionais responsáveis.

É fundamental o professor usar estratégias importantes para está atento às atividades desenvolvidas dentro das salas de aulas, está por dentro dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos pelos alunos. Sendo que o planejamento do corpo docente também deverá ser visto com muita atenção, para intervir e buscar recursos e parcerias sempre que necessário.

O entendimento da origem das dificuldades de aprendizagem e das significações inconscientes delas na família, na escola e nas relações, leva o psicopedagogo clínico, junto com os demais profissionais que avaliaram o paciente a determinar as prioridades de tratamento. Hoje, por causa da vida corrida, muitos pais têm pouco tempo de cuidar de seus filhos ditos "normais", ainda mais quando estes apresentam um problema de aprendizagem. Contudo, existem casos que passam dos limites e certos pais são negligentes e "empurram" a responsabilidade sobre escola. São incapazes de levar seus filhos a outros profissionais para que estes possam receber tratamento adequado.

Deve-se sempre de abrir caminhos onde a autoria de pensamento seja possível, ou seja, onde possa surgir uma pessoa capaz de aprender, satisfeita consigo mesma e que se perceba inteligente.

Repensar a escola como um espaço democrático de troca e reprodução de conhecimento que é o grande desafio que os profissionais da educação, especificamente a Equipe pedagógica, deverão enfrentar neste novo contexto educacional, pois a coordenação e direção escolar são os maiores articuladores deste processo e possuem um papel fundamental na organização do processo de democratização escolar.

Diante desta constatação, a equipe pedagógica necessita criar situações para romper barreiras entre a teoria e a prática, repensar sua forma de administrar.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, M.A.O.C. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: Erica Saraiva, 2014
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação - necessidades educacionais especiais**: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC/SEESP, 2011.
- BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 13 jul. 1990.
- CARVALHO, F.B., CRENITE, P.A.P. & CIASCA, S.M. **Distúrbios de aprendizagem na visão do professor**, Revista Psiciopedagógica, V. 24, p. 231. 2007.
- CIASCA, Sylvia M.. **Distúrbios de Aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- COLLARES, C.A.L.; MOYSÉS, M.A.A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo, Cortez / FE-FCM-UNICAMP, 1996.
- CRUZ, V. **Dificuldades de Aprendizagem: Fundamentos**. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora, 1999.
- DUBOIS, Jean et ali. **Dicionário de lingüística**. Direção e coordenação geral da tradução de Izidoro Blinsein. SP: Cultrix, 1993.
- FERNÁNDEZ. A. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FERREIRO, Emilia. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FRANÇA, C. Um novato na Psicopedagogia. In: SISTO, F. et al. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- GARCIA, J.N. **Manual de dificuldade de aprendizagem: linguagem, leitura e escrita e matemática**. Tradução de Jussara Houbert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- GRIGORENKO, Elena L. STERNBERG, Robert J. **Crianças Rotuladas- O que é Necessário Saber sobre as Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- ELLIS, A.W., HILLIS, A. E., & CARAMAZZA, A. **The reading process and its disorders**. In D. I. Margolin (Ed.), Cognitive neuropsychology in clinical practice (pp. 229-261). New York: Oxford University Press, 1992.
- IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmedia, 2011

- JOSE, E.A., COELHO, M. T. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2006.
- MAGALHÃES, N. **Conhecer a história dos métodos de ensino para alfabetizar no presente**. Letra A – O jornal do Alfabetizador. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Faculdade de Educação/UFGM, Belo Horizonte, ago/set., 2005, p. 6 a 9.
- MARTINS, Vicente. **Linguística Aplicada às Dificuldades de Aprendizagem relacionadas com a Linguagem: dislexia, disgrafia e disortografia**. S. P. Olho D'Água. 2002
- MORTATTI, M.R.L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Portal MEC, 2006.
- Disponível em:
http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/download%5Cencontro_paic_ceu_24_2602_2010%5Chistorias_do_metodos_de_alfabetizacao_brasil.pdf. Acesso em: 18 dez 2010.
- MIRANDA, M. I. **Crianças com problemas de aprendizagem na alfabetização: contribuições da teoria piagetiana**. Araraquara, SP: JM Editora, 2006.
- MOOJEN, S. **Dificuldades ou transtornos de aprendizagem? In: Rubinstein, E. (Org.). Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- MOOJEN E FRANÇA: **Visão fonoaudiológica e Psicopedagógica da Dislexia**. In ROTTA, OHLWEILER & RIESGO: **Transtornos de Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**, POA, Artmed, 2006.
- PEREIRA, R. S. **Dislexia e Disortografia – Programa de Intervenção e Reeducação** (vol. I e II). Montijo: You!Books, 2009
- RODRIGUES, David (org). **Educação e Diferença: Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva**. Porto – Portugal: Editora Porto, 2001.
- SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar, o problema escolar e de aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1994
- SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SILVA, M. C. **Dificuldade de aprendizagem em matemática: a manifestação da discalculia**. UNOPAR Cient., Ciências Humanas. Educ., Londrina, v. 12, n. 1, p. 61-71, 2011.
- SOARES, M.B. **Alfabetização: a ressignificação do conceito**. Alfabetização e Cidadania, nº 16, p 9-17, jul. 2003
- TORRES, R. & FERNÁNDEZ, P. **Dislexia, Disortografia e Disgrafia**. Amadora: McGrawHill, 2001.
- VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- VYGOTSKY, L.S. **Obras Escogidas**, Vol. III. Madrid: Visor, 1995.